

**ANÁLISE DE
INDICADORES DA
PESQUISA DO
ALGODÃO E SUA
COMPARAÇÃO COM
OS RESULTADOS
DA PNAD-2001**

1. CONSIDERAÇÕES GERAIS

A comparabilidade dos dados levantados na Pesquisa do Algodão, obtidos através de entrevistas domiciliares realizadas em sete comunidades da região Nordeste em 2002, em relação aos dados da Pesquisa Nacional por Amostragem Domiciliar (PNAD) de 2001, objetiva alcançar uma melhor contextualização e uma mais completa apreciação das condições de vida que prevalecem nessas comunidades. Em virtude de se tratar de pesquisas de propósitos, conteúdos e detalhamentos bem diferentes, a comparabilidade ficou limitada a alguns indicadores que garantem uma incontestável comparação de resultados entre esses dois levantamentos.

Objetivando ampliar o âmbito dessas comparações, os indicadores da Pesquisa do Algodão e os correspondentes gráficos são apresentados desagregados por comunidade. Já no caso da PNAD, os mesmos indicadores foram detalhados para o Brasil e Nordeste, sendo que para cada um desses contextos também foram destacados os resultados correspondentes às áreas rurais. Entretanto, a grande diversidade de situações apresentadas entre as comunidades a respeito de cada indicador recomendou que a análise dos indicadores fosse desdobrada em duas partes: primeiramente, através de uma comparação entre o indicador de síntese correspondente ao conjunto das comunidades em relação aos quatro contextos da PNAD e, a seguir, por comentários a respeito dos resultados mais destacados de algumas comunidades. Visando facilitar a leitura desses comentários, ao mesmo tempo que apresentar uma mais nítida visualização dos resultados, optou-se porque cada indicador comentado leva-se associado gráficos separados para cada uma dessas duas partes.

2. ANÁLISE COMPARATIVA DOS RESULTADOS DE CADA INDICADOR SELECIONADO

2.1 Indicadores demográficos

2.1.1 Tamanho médio familiar

O Gráfico 1A evidencia uma grande diferença entre o tamanho médio familiar correspondente ao conjunto das sete¹ comunidades consultadas na Pesquisa do Algodão e os quatro contextos de referência selecionados na PNAD-2001. De acordo com essa última fonte, a média de pessoas por família a nível Brasil foi de 3,35 pessoas, enquanto que no Nordeste rural essa média, a mais alta dos quatro contextos da PNAD, elevou-se a 3,97, resultados que dão continuidade à tendência declinante desse indicador observada nos últimos anos. Por esse motivo, a média de 4,88 pessoas por família no conjunto das sete comunidades em 2002 é surpreendente, precisando de maiores detalhamentos.

O Gráfico 1B revela que em todas as sete comunidades, o tamanho médio foi superior às médias da PNAD, mostrando que os valores do indicador variam entre um mínimo de 4,25 em Engenho Velho e um máximo de 5,56 pessoas por família no Assentamento Margarida Maria Alves.

Gráfico 1A - Tamanho Médio Familiar

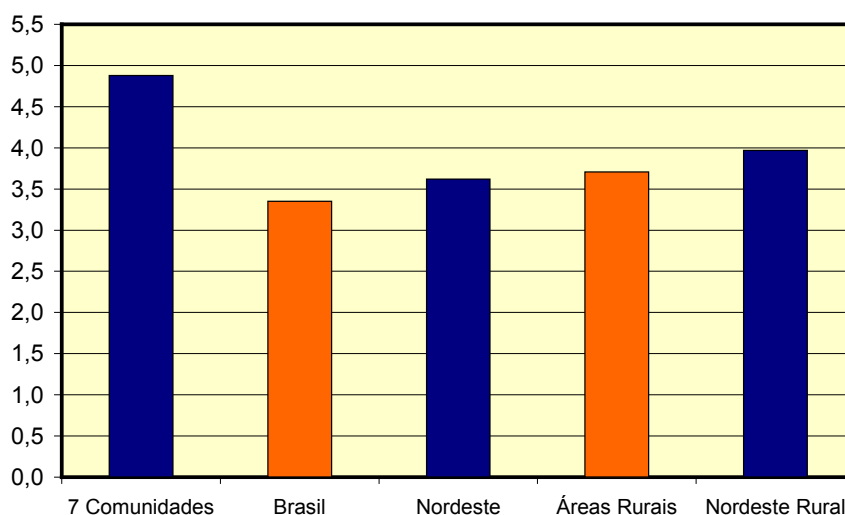
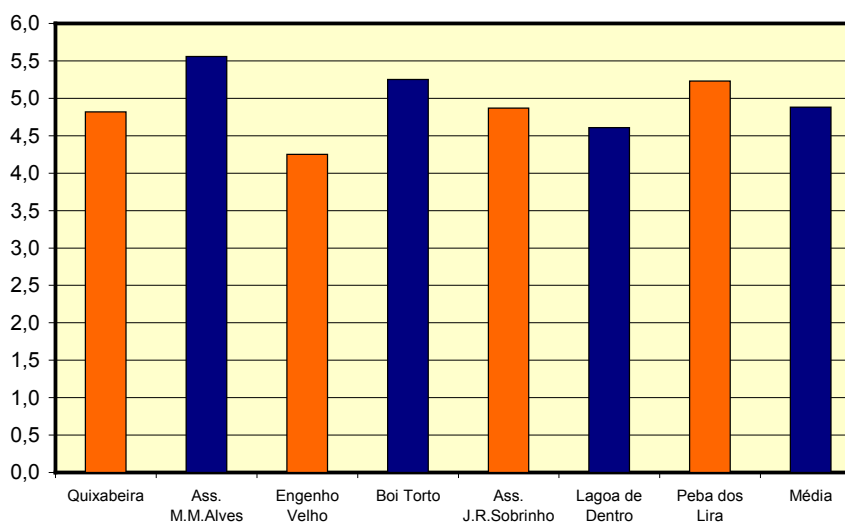


Gráfico 1B - Tamanho Médio Familiar



¹ São consideradas sete comunidades já que no momento da pesquisa foram tomados dados de duas comunidades do município de São José de Piranhas – PB, a comunidade de Lagoa de Dentro e a de Peba dos Lira. No entanto, na primeira é onde estão sediadas as instalações da mini-usina e tear.

2.1.2 Pessoas entre 15 e 60 anos de idade

Contrariamente ao que esses elevados tamanhos familiares das sete comunidades poderiam sugerir, a População em Idade Ativa (PIA) de 15 a 60 anos apresentou uma proporção de 62,42 % em relação à população total. Repare-se que no Gráfico 2A, esse valor foi ligeiramente inferior à média nacional que, em 2001, alcançou a 62,93% e, mais ainda, que essa proporção da PIA nas comunidades demonstra a presença de uma população relativamente mais envelhecida que a existente nos outros três contextos da PNAD. Nesse sentido, é importante lembrar que uma baixa taxa de dependência, como a implícita nesse resultado, deveria favorecer à geração de renda familiar através do trabalho de seus integrantes.

Repare-se que, de conformidade com o Gráfico 2B, essa proporção de 62,42%, é a resultante de uma grande diversidade de situações, que reconhecem, por uma parte valores superiores a 70%, nos casos de Engenho Velho e Boi Torto, e, por outra, percentagens inferiores a 60%, como ocorre em Quixabeira e no Assentamento José Rodrigues Sobrinho.

Gráfico 2A - % de Pessoas 15-60 anos

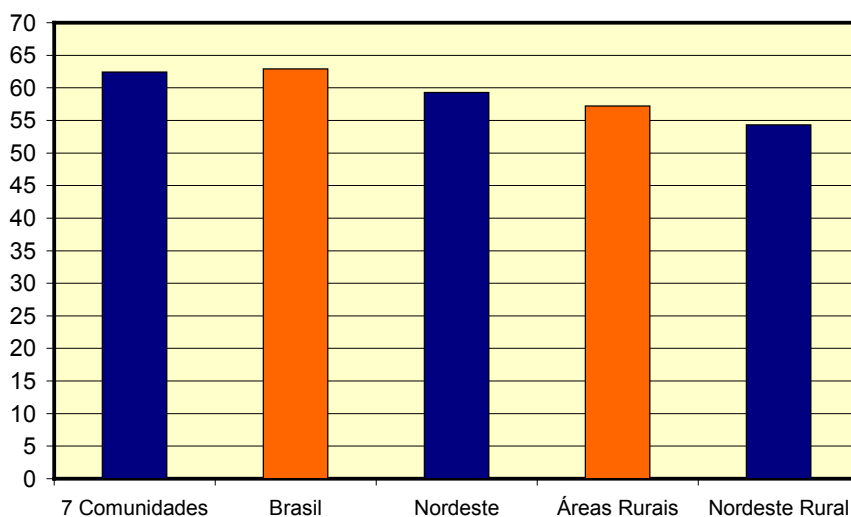
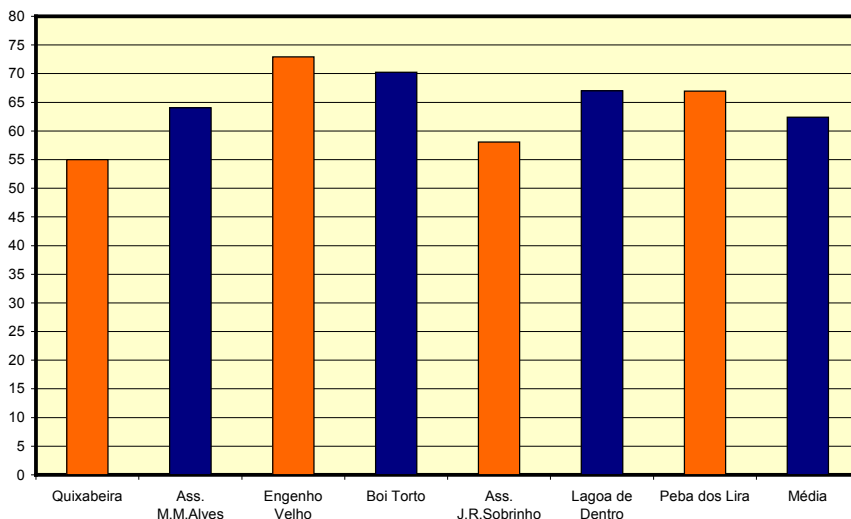


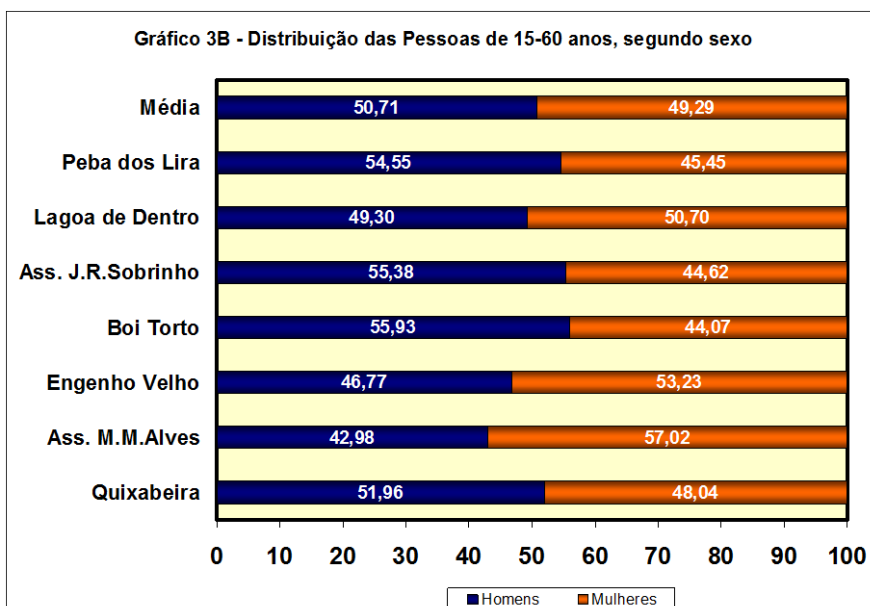
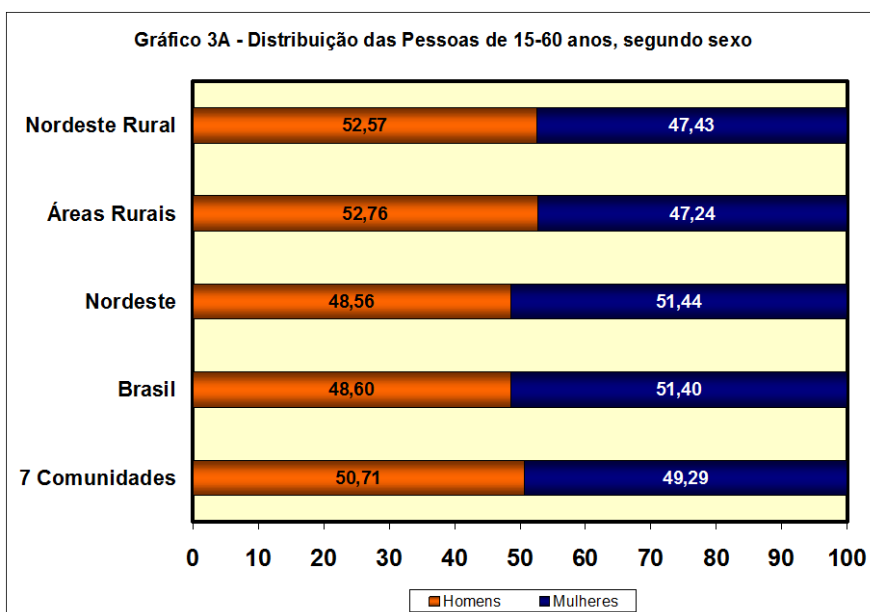
Gráfico 2B - % de Pessoas 15-60 anos



2.1.3 População em Idade de Trabalhar por sexo

A existência de um índice de masculinidade (Total Homens/Total de Mulheres*100) superior a 100% na população de 15 a 60 anos no conjunto das sete comunidades deixa em evidência uma característica que é própria das localidades rurais. Segundo o Gráfico 3A a percentagem da população em idade de trabalhar com sexo masculino nas sete comunidades pesquisadas alcançou uma proporção média de 50,71%, o que configura um índice de masculinidade de 102,88. Observe-se que percentagens superiores a 50% também foram encontrados nos contextos Brasil rural e Nordeste, ressaltando que neles a presença de pessoas de sexo masculino é ainda mais acentuada. Essa superioridade relativa do sexo masculino, quando referida à PIA, também favorece de alguma forma a geração de rendas familiares em virtude da maior taxa de participação desse sexo na força de trabalho e do próprio diferencial de rendimentos do trabalho entre homens e mulheres ocupados.

Esse predomínio masculino, porém, não é uma característica comum a todas as comunidades. De acordo com os dados do Gráfico 3B, esse resultado foi fortemente determinado por três dessas comunidades: Boi Torto (55,93%), Assentamento José Rodrigues Alves (55,38%) e Peba dos Liras (54,55%). Em situação oposta, encontravam-se três comunidades, com destaque para o Assentamento Margarida Maria Alves onde a presença de pessoas de sexo masculino nessas idades alcançou apenas a 42,98 %.



2.2 Indicadores de Rendimentos

2.2.1 Renda Média Familiar

A elevada proporção de pessoas da família na PIA observada nas sete comunidades e o predomínio das pessoas de sexo masculino não bastaram para garantir uma renda mensal suficiente para atender as necessidades de consumo das famílias a elas pertencentes. Com efeito, o Gráfico 4A dá conta de que a Renda média do conjunto das famílias pesquisadas chegou em 2002 a R\$ 223,60, o que representou apenas 1,12 S.M.² vigente na época da coleta dos dados. O mesmo gráfico mostra que os dois mais baixos valores da Renda média da PNAD corresponderam aos contextos Brasil Rural e Nordeste Rural, com R\$ 436,12 e R\$ 306,13, equivalentes a 2,42 S.M.s e 1,70 S.M.s vigentes em 2001, respectivamente. Dessa forma, a renda média familiar levantada pela Pesquisa do Algodão alcançou apenas a 65,9% da média de rendimentos existente no meio rural nordestino, onde sabidamente encontram-se os nichos mais expressivos da pobreza nacional.

Ainda que se reconheça a existência de expressivas diferenças dessa renda média familiar entre as comunidades, é importante sublinhar que em nenhuma delas houve sequer uma razoável aproximação a esse patamar mínimo e insuficiente do Nordeste rural. Segundo o Gráfico 4B, as comunidades com mais baixo nível de renda familiar foram o Assentamento José Rodrigues Alves (R\$ 174,02) e o Assentamento Margarida Maria Alves (R\$ 180,32). Por sua vez, as comunidades Peba dos Liras (R\$ 260,73) e Lagoa de Dentro (R\$ 257,30) foram as que apresentaram os rendimentos médios familiares mais elevados.

Gráfico 4A - Renda Média Familiar (R\$)

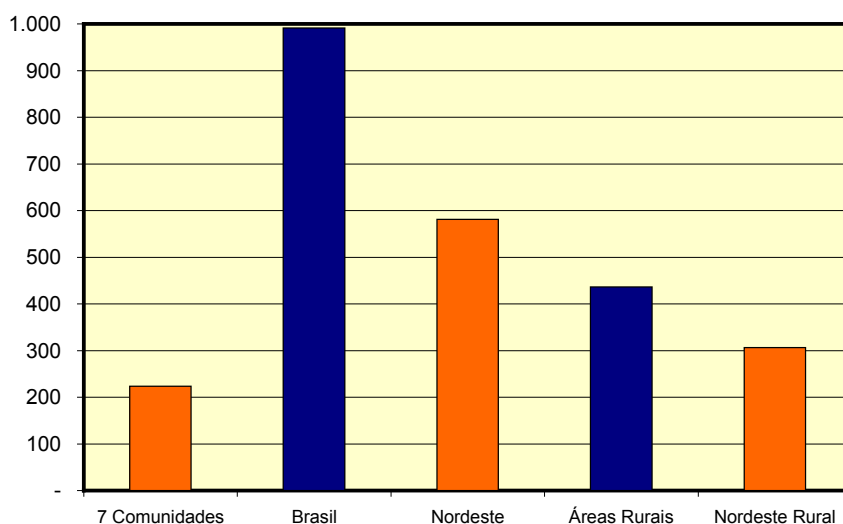
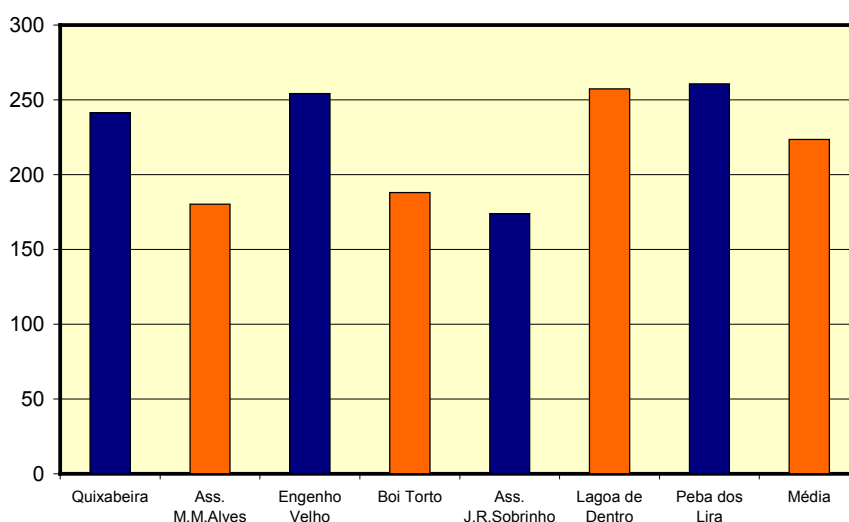


Gráfico 4B - Renda Média Familiar (R\$)



² S.M. Salário Mínimo

2.2.2 Renda Média per capita

Em virtude dos tamanhos médios das famílias das sete comunidades serem bem superiores aos registrados nos quatro contextos da PNAD, a Renda Média per capita do conjunto delas apresentou um distanciamento ainda maior que o comentado anteriormente a propósito das Rendas médias. O Gráfico 5A mostra que a média dos rendimentos per capita das sete comunidades alcançou a R\$ 45,87 em 2002 (0,229 S.M.) enquanto que na PNAD o menor valor correspondeu, mais uma vez, ao Nordeste rural com R\$ 102,07 (0,567 S.M.). Essa diferença basta para retratar o grau de insuficiência que afetou os rendimentos das famílias plantadoras de algodão em 2002.

Mesmo considerando que houve expressivas diferenças entre as rendas per capita das comunidades, conforme pode ser comprovado no Gráfico 5B, onde os valores foram de R\$ 59,79 em Engenho Velho a R\$ 32,42 no Assentamento Margarida José Alves, não pode deixar-se de ressaltar que apenas três delas superaram o valor de 0,25 S.M. que, via de regra, se utiliza como limite de superação da condição de indigência familiar : Engenho Velho, Lagoa de Dentro e Quixabeira.

Gráfico 5A - Renda Mensal Per Capita (R\$)

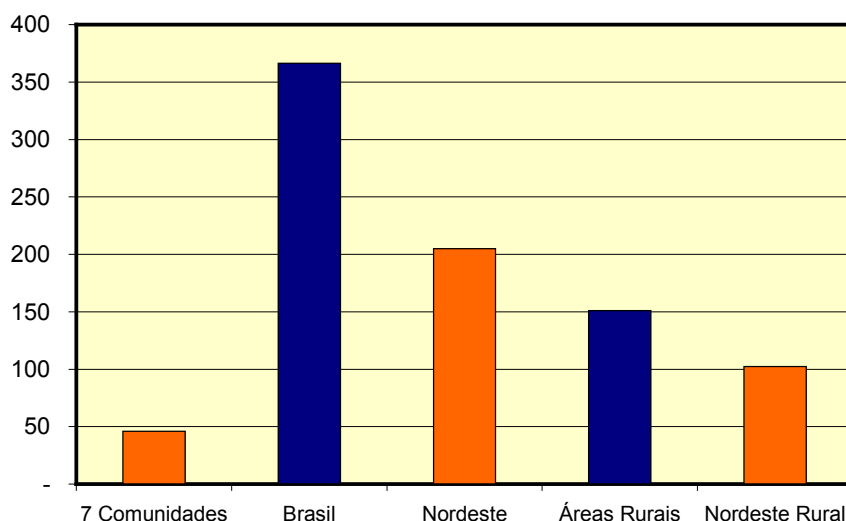
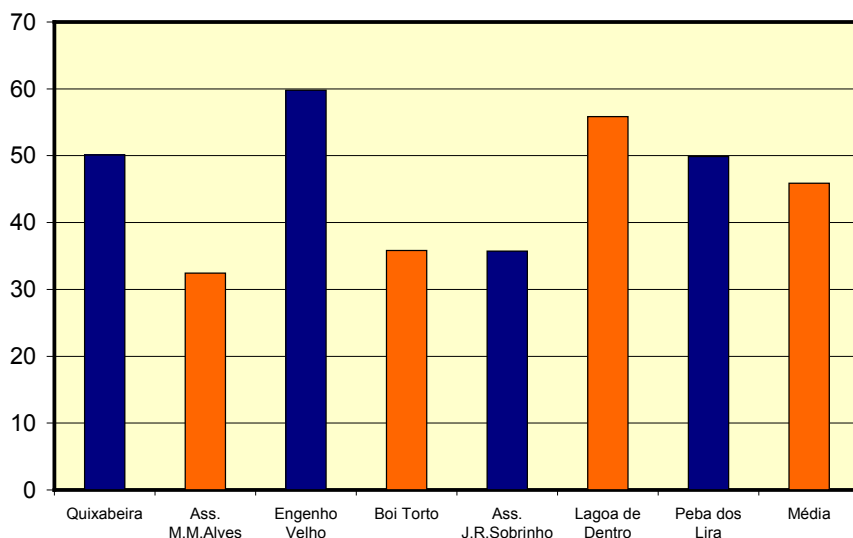


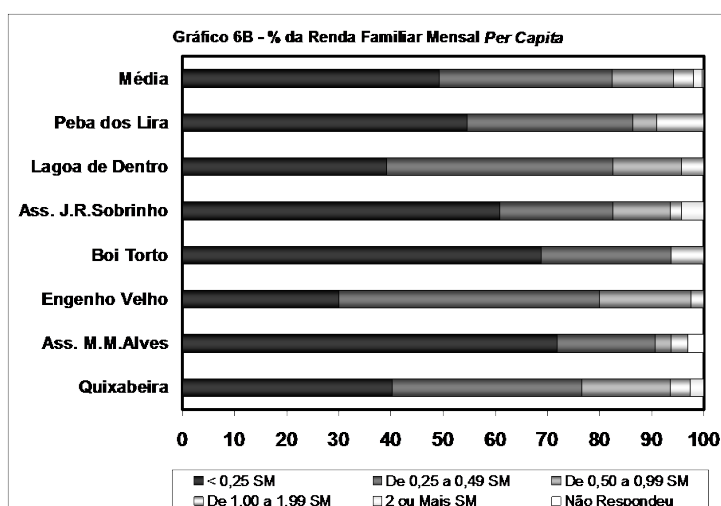
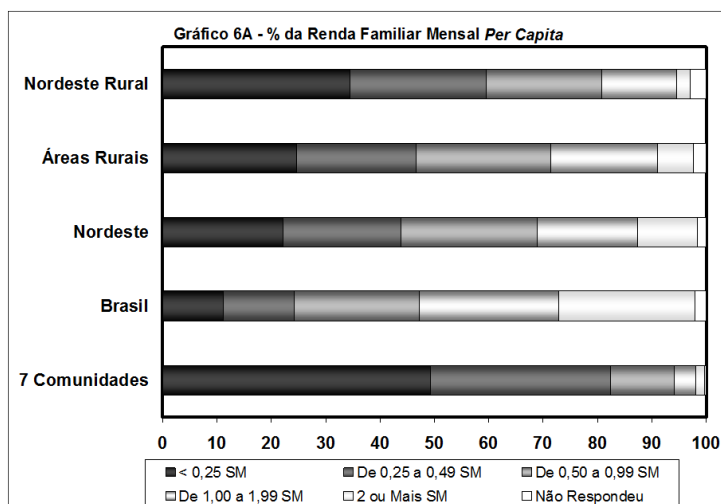
Gráfico 5B - Renda Mensal Per Capita (R\$)



2.2.3 Distribuição da Renda Familiar mensal per capita

Nessas condições de precariedade generalizada dos rendimentos não é surpreendente verificar que 49,22% das famílias da Pesquisa do Algodão perceberam rendas abaixo da linha de indigência que, cabe lembrar, representa o montante mínimo de dinheiro per capita necessário para satisfazer as necessidades de consumo de alimentos. Essa elevada proporção de indigência no conjunto das sete comunidades, segundo o Gráfico 6A, superou largamente os já expressivos percentagens de famílias famintas estimadas a nível nacional (11,16%), no Nordeste (22,15%) e inclusive, os vigentes nos contextos rurais (24,61% e 34,44%, respectivamente). Também expressiva foi a proporção de famílias pobres não indigentes. O Gráfico 6A mostra que 33,20% das famílias das comunidades do algodão receberam rendimentos na faixa 0,25-0,49 S.M. per capita, e que essa percentagem superou amplamente os respectivos patamares dos quatro contextos da PNAD, onde o Brasil apresentou 13,06%, o Nordeste 21,69%, cabendo às áreas rurais desta última uma proporção de 25,09%. Assim, os resultados da Pesquisa do Algodão revelam que 82,42% das famílias das sete comunidades tiveram rendimentos insuficientes para satisfazer suas necessidades de consumo (alimentos, vestuário, educação, saúde e outros), ao passo que no Nordeste rural, o mais crítico dos quatro contextos da PNAD, essa percentagem alcançou a 59,53%.

Ainda que o exame desses indicadores de indigência e pobreza a nível de cada comunidade reconheça a existência de alguma diversidade entre elas, como pode ser verificado através do Gráfico 6B, é importante destacar que em nenhuma delas os patamares de indigência e pobreza relativa foram inferiores a 30% e 76%, respectivamente. Naquelas comunidades onde a indigência foi menor, como é o caso de Engenho Velho (30%), os pobres não indigentes acabaram aumentando (50% em Engenho Velho) de forma que a pobreza relativa foi sempre superior a 76%. Dentro desse marco de generalizada carência de rendimentos, Quixabeira foi a mais favorecida (76,62%) enquanto Boi Torto (93,75%) acabou sendo a mais castigada.

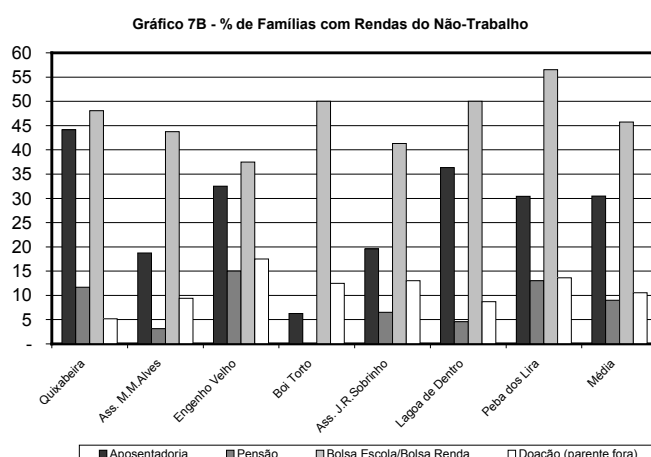
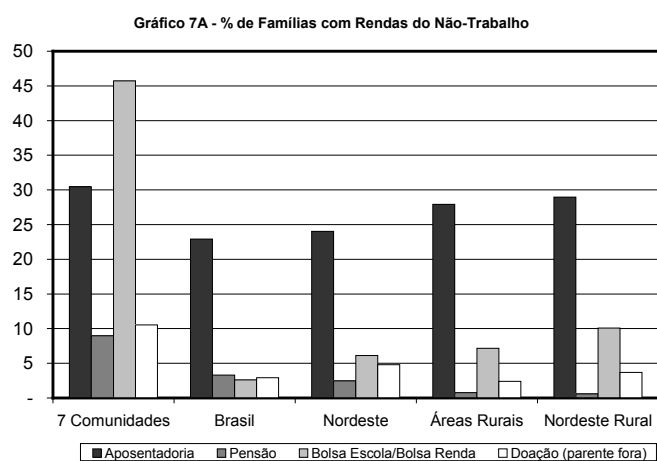


2.2.4 Rendimentos de outras fontes (não trabalho)

Ainda que na Pesquisa do Algodão o recebimento de benefícios previdenciários (aposentadoria e pensões), de programas sociais (bolsa escola/bolsa renda) e doações de parentes de fora tenham-se limitado a conhecer se a família os recebe ou não, sem especificar o montante e muito menos conhecer os receptores dos mesmos, os dados levantados são extremamente úteis para entender a origem dos rendimentos familiares das comunidades estudadas. De acordo com o Gráfico 7A, as percentagens de famílias que receberam esses benefícios e ajudas no conjunto das sete comunidades sempre ultrapassaram os valores dos quatro contextos da PNAD. Com efeito, esse Gráfico revela que 30,47% das famílias entrevistadas receberam aposentadoria, valor que superou o maior dos percentagens verificados nos quatro contextos: 28,95% do Nordeste rural. Diferença mais folgada ocorreu com os 8,98% das famílias que receberam pensões, que acabou sendo bem maior que os 3,30% verificados no contexto Brasil. Esses diferenciais podem ser associados à presença mais acentuada de população de idade mais avançada nas comunidades pesquisadas, assunto já comentado na seção 2.1.2 deste texto.

Por outra parte, as expressivas percentagens de famílias que receberam ajuda dos programas sociais - Bolsa Escola ou Bolsa Renda - ou Doações de parentes de fora, corroboram a situação de precariedade das rendas, apontada anteriormente, quando comparados com os quatro contextos da PNAD. Nesse sentido, repare-se que conforme o Gráfico 7A, 45,71% das famílias entrevistadas na Pesquisa do Algodão receberam Bolsa Escola ou Renda, ao passo que no Nordeste rural, o mais beneficiado dos contextos, essa proporção foi de apenas 10,10% em 2001 (deve ser lembrado que esses programas sociais são de recente e progressiva implantação a nível nacional, motivo que também deve ser levado em consideração nessa comparação de resultados). No caso das Doações, as percentagens referem-se a 10,55% das famílias pesquisadas em relação a 4,79% das famílias do contexto Nordeste da PNAD.

Na análise por comunidade, onde a diversidade desses benefícios é enorme, conforme pode ser verificado no Gráfico 7B, cabe destacar a boa proteção que esses benefícios conjuntamente ofereceram às comunidades de Quixabeira e Peba dos Liras. Ao final, é importante destacar que o montante implícito desses benefícios previdenciários (a razão de 1 S.M. por beneficiário) e outras ajudas representara uma parte importante dos já baixos rendimentos médios familiares a que se fazia referência nas seções 2.2.1 e 2.2.2. Em outras palavras, na hipótese dessas rendas, que provém de fontes diferentes do trabalho produtivo de seus integrantes, não terem existido ou terem cobertura mais limitada, as condições de vida das sete comunidades em 2002 teria sido bem mais desesperadora.



2.3 Indicadores de acesso a serviços de infra-estrutura básica

2.3.1 Pessoas de 6 a 15 anos que assistem à escola

Segundo o Gráfico 8A, a rede de escolas existente nas sete comunidades contribuiu a que 92,35 % das crianças e jovens entre os 6 e 15 anos de idade continuassem estudando, resultado ligeiramente abaixo da média nacional (94,52%) e da região Nordeste (93,55%), porém, mais favorável que o exibido pelos dois contextos rurais. A obrigatoriedade de assistência escolar exigida pelo Programa Bolsa Escola deve ter ajudado à permanência desses menores na escola. O Gráfico 8B dá conta que em duas comunidades, Quixabeira e Lagoa de Dentro, esses percentagens de assistência à escola foram superiores a 95%. Em contrapartida, o mesmo gráfico, aponta que Engenho Velho, a comunidade de maior renda per capita e onde 37,50% das famílias receberam benefícios da Bolsa Escola ou Bolsa Renda, somente 83,33% dos menores nessa faixa de idade assistiram à escola em 2002.

Gráfico 8A - % Pessoas de 6-15 anos na Escola

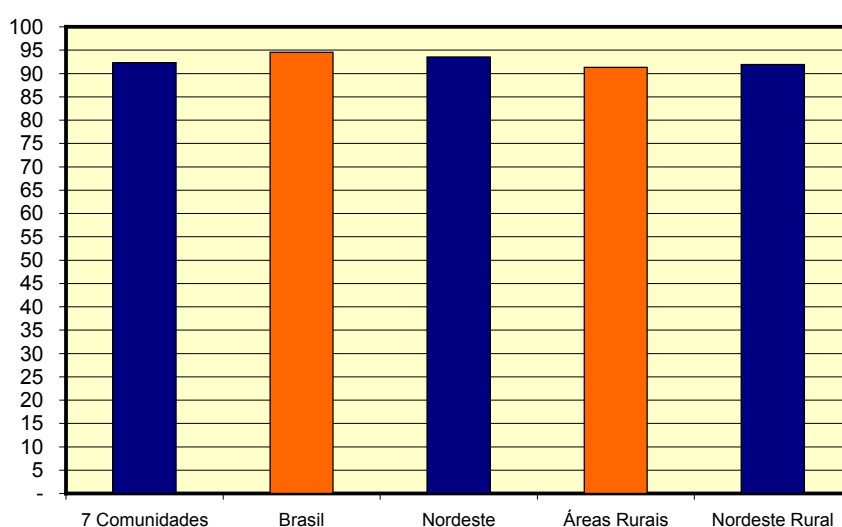
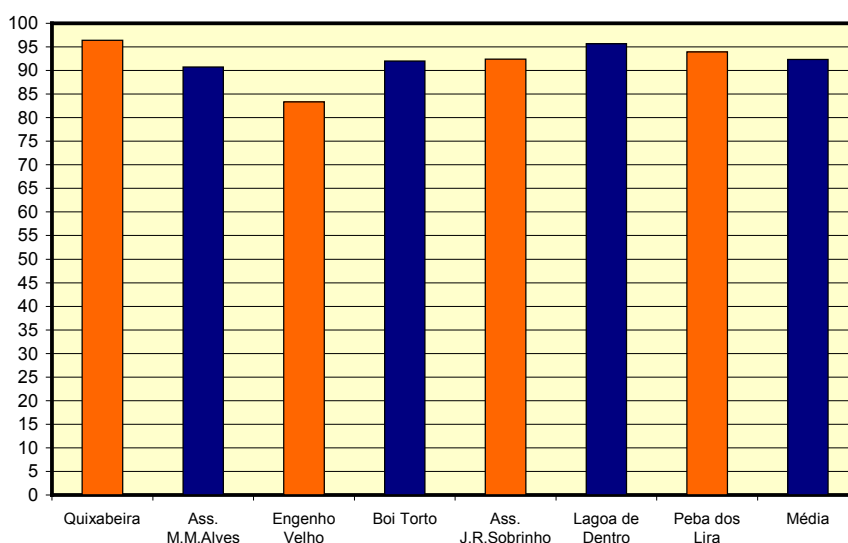


Gráfico 8B - % Pessoas de 6-15 anos na Escola



2.3.2 Disponibilidade de Energia Elétrica

A disponibilidade de energia elétrica, serviço público que chega à totalidade das comunidades pesquisadas, entre as famílias entrevistadas na Pesquisa do Algodão alcançou a 69,92% delas. Apesar dessa percentagem ficar muito aquém da média nacional (95,84%) ou do Nordeste (89,47%), conforme pode ser observado no Gráfico 9A, a extensão desse serviço no conjunto das sete comunidades foi superior à correspondente ao contexto Nordeste rural (66,07%). No entanto, o detalhamento por comunidade, apresentado no Gráfico 9B, revela que enquanto em três dessas comunidades, Assentamento Margarida Maria Alves, Engenho Velho e Lagoa de Dentro, a totalidade das famílias (100%) tiveram acesso a esse serviço essencial em 2002, no Assentamento José Rodrigues Sobrinho a extensão do mesmo alcançou apenas a 36,96% das famílias.

Gráfico 9A - % Famílias com Energia Elétrica

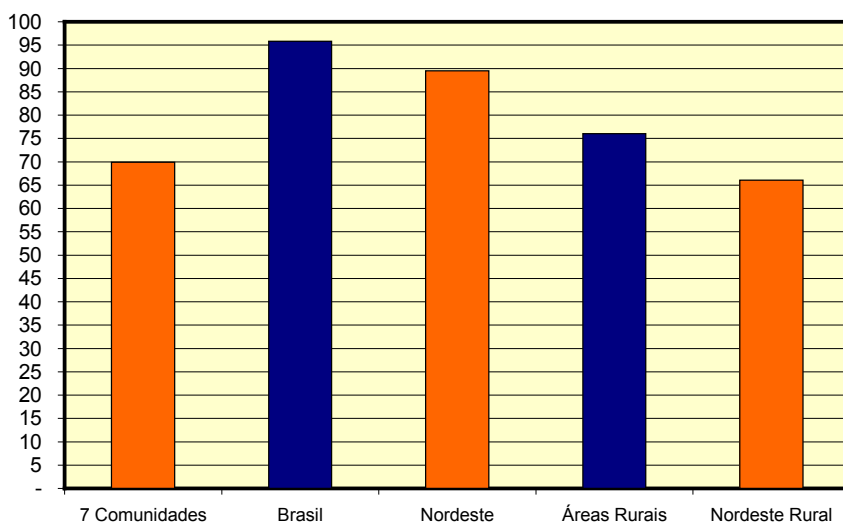
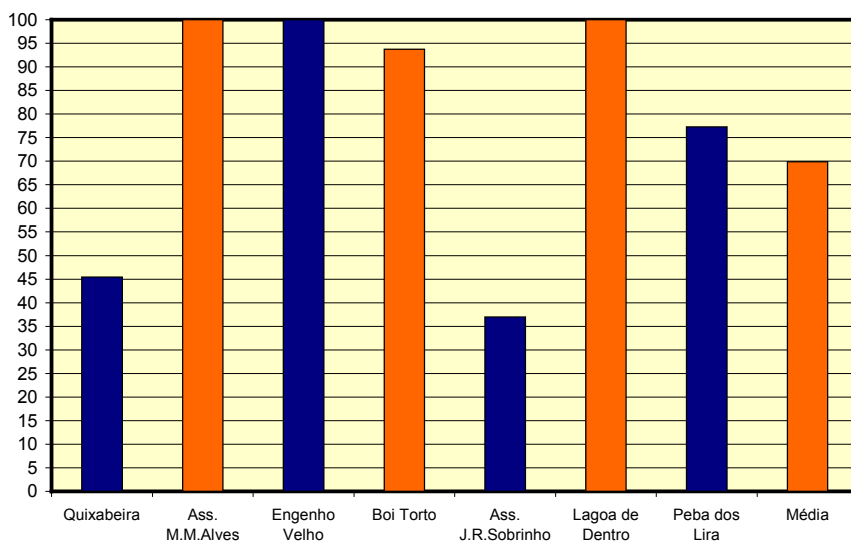


Gráfico 9B - % Famílias com Energia Elétrica



2.3.3 Disponibilidade de Água Encanada

Embora a disponibilidade de água encanada apresentasse uma grande diversidade entre as comunidades, o Gráfico 10A mostra que 56,25% das famílias pesquisadas tiveram acesso a água encanada. Apesar dessa proporção ficar aquém da média nacional (77,77%) ou do Nordeste (62,52%), ela foi bem superior à correspondente aos dois domínios rurais da PNAD (14,40% e 13,35%, respectivamente). Essa situação, no entanto, não pode esconder o fato, denunciado pelo Gráfico 10B, de que, enquanto em duas dessas comunidades, Assentamento Margarida Maria Alves e Peba dos Liras, essa facilidade fosse inexistente (0%), em outras duas, Quixabeira e Assentamento José Rodrigues Sobrinho, a totalidade das famílias (100%) dispunha de água encanada em 2002.

Gráfico 10A - % de Famílias com Água Encanada

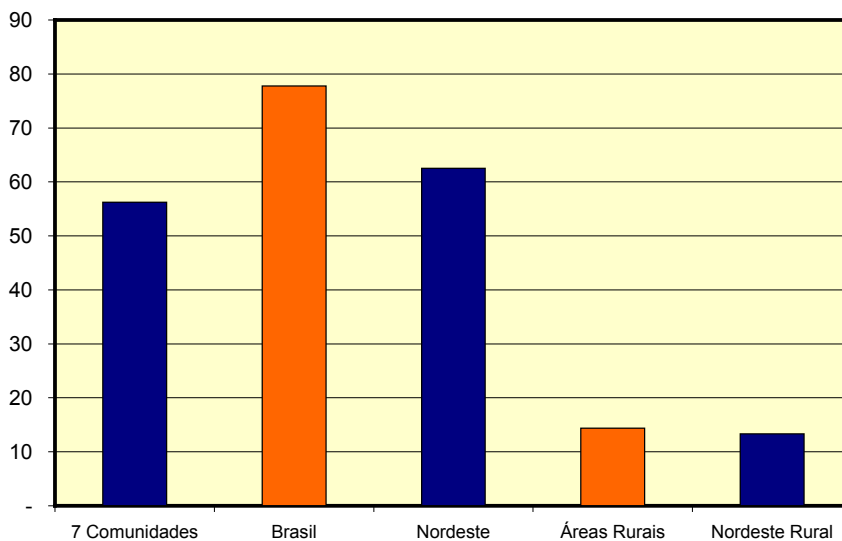
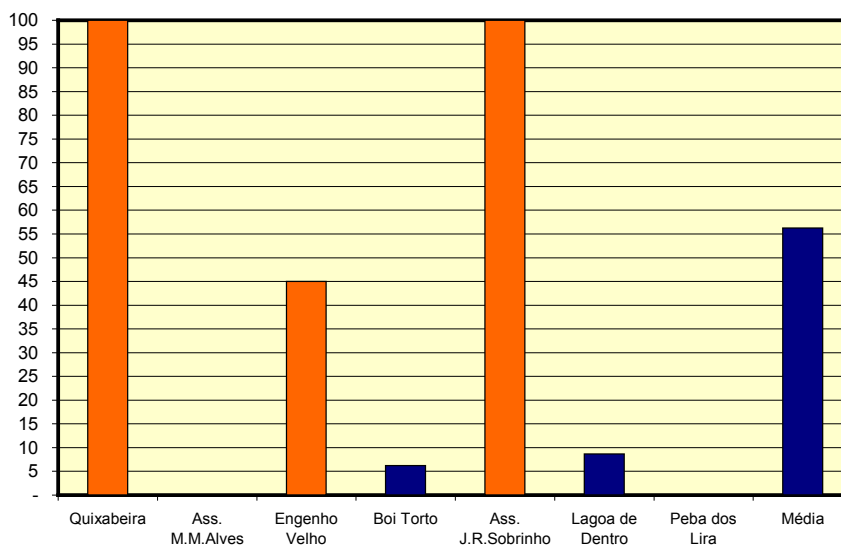


Gráfico 10B - % de Famílias com Água Encanada



2.3.4 Disponibilidade de Sanitários

O Gráfico 11A aponta que 58,20% das famílias entrevistadas nas sete comunidades pesquisadas no levantamento do Algodão dispunham de sanitários, indicador que, mais uma vez, fica longe da média do Brasil (92,20%) e da região Nordeste (78,46%), situando-se, porém, acima do Nordeste rural (44,74%). O Gráfico 11B, por sua vez, mostra que na formação deste resultado, houve uma razoável diversidade de situações que foram desde uma disponibilidade familiar de sanitários de 97,83% no Assentamento José Rodrigues Sobrinho até 31,82% em Peba dos Liras.

Gráfico 11A - % Famílias com Sanitários

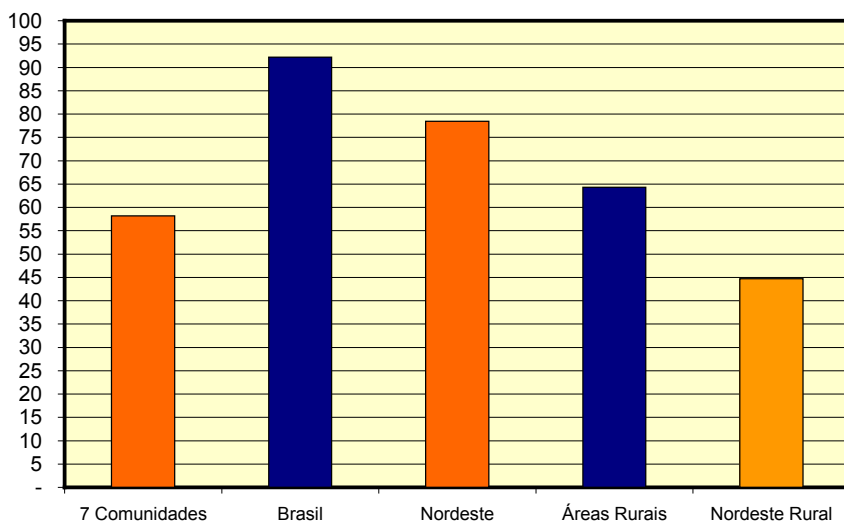
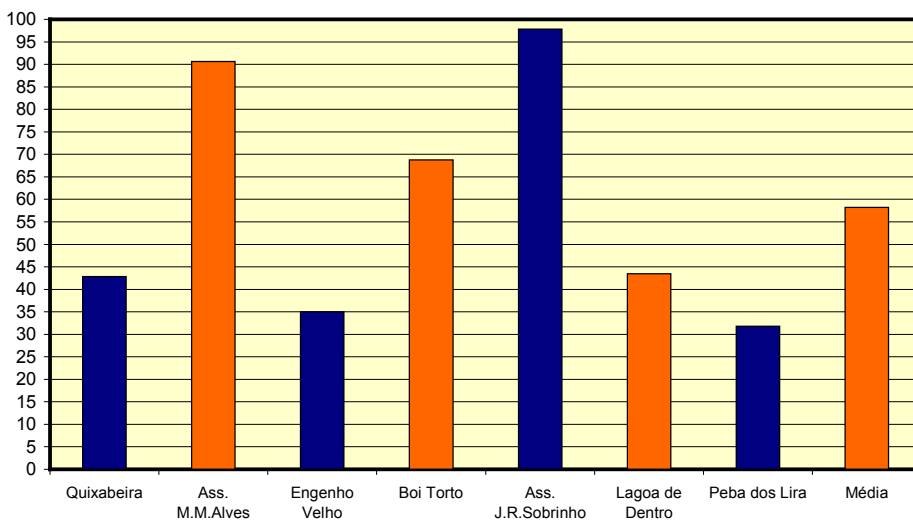


Gráfico 11B - % Famílias com Sanitários



2.4 Indicadores de propriedade de bens de consumo duráveis

2.4.1 Televisão e Rádio

A propriedade de ambos meios de audiência entre as famílias entrevistadas na Pesquisa do Algodão mostrou-se mais precária que a existente nos quatro contextos da PNAD. Segundo os Gráficos 12A e 13A, as percentagens de propriedade de TV (27,27%) e Rádio (51,17%) foram ainda inferiores aos observados no mais pobre dos contextos, o Nordeste rural, onde essas proporções alcançaram a 51,74% e 76,61% em 2001. Além da prevalência de índices mais expressivos de pobreza nas comunidades, a propriedade desses artefatos depende de extensão das respectivas redes e, sobretudo, da disponibilidade de energia elétrica no domicílio. Nos Gráficos por comunidades 12B e 13B fica em evidência que as mais baixas proporções de propriedade de TV e Rádio encontravam-se no Assentamento José Rodrigues Sobrinho (21,74% e 34,78%, respectivamente), justamente aquele onde a disponibilidade de energia elétrica familiar foi mais baixa. No extremo oposto, o Assentamento Margarida Maria Alves, apesar de ser a comunidade de mais baixa renda per capita, apresentou as mais elevadas percentagens de propriedade desses bens (68,75% e 65,63%, respectivamente), fato que inquestionavelmente está relacionado com a total disponibilidade (100%) de energia elétrica domiciliar existente nessa comunidade.

Gráfico 12A - % de Famílias com TV

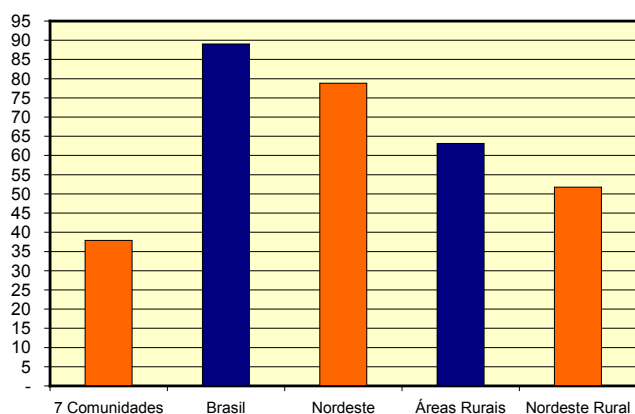


Gráfico 13A - % de Famílias com Rádio

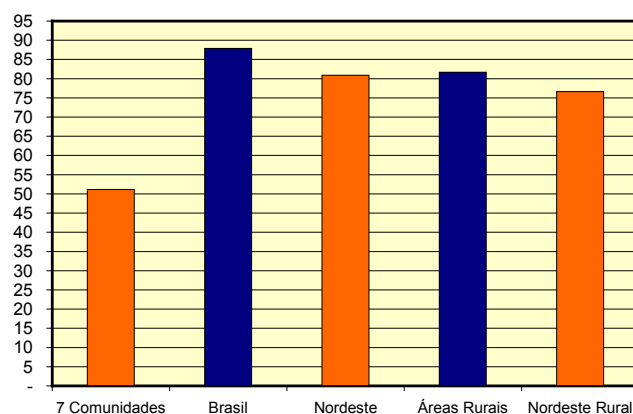


Gráfico 12B - % de Famílias com TV

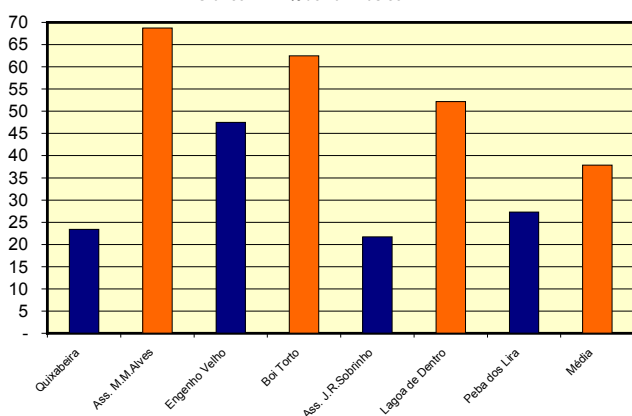
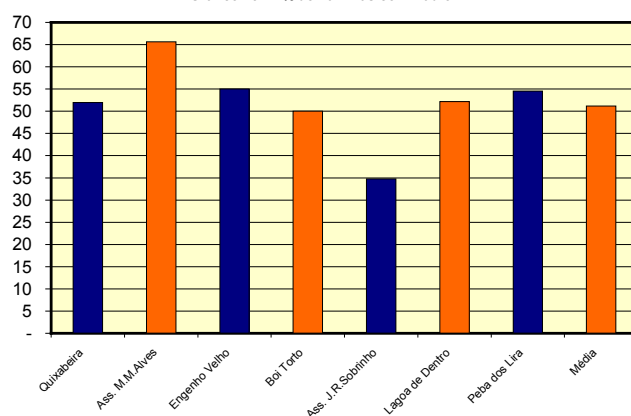


Gráfico 13B - % de Famílias com Rádio



2.4.2 Geladeira

A propriedade de geladeira, meio indispensável para a boa conservação dos alimentos, segundo os resultados do Gráfico 14A, constituiu um privilégio que chegou a 42,19% das famílias consultadas na Pesquisa do Algodão, resultado inferior aos registrados pela PNAD: 85,03% de famílias no País, 65,52% do contexto Nordeste e, ainda, do 53,02% do Brasil rural. Mais uma vez, as comunidades com menor disponibilidade de energia elétrica, Quixabeira (19,48%) e o Assentamento José Rodrigues Sobrinho (21,74%) foram as mais penalizadas, situação que contrasta com a de Engenho Velho onde, segundo o Gráfico 14B, 82,50% das famílias dispunham desse indispensável artefato, fato facilitado pela existência de energia elétrica na totalidade (100%) dos domicílios.

Gráfico 14A - % de Famílias com Geladeira

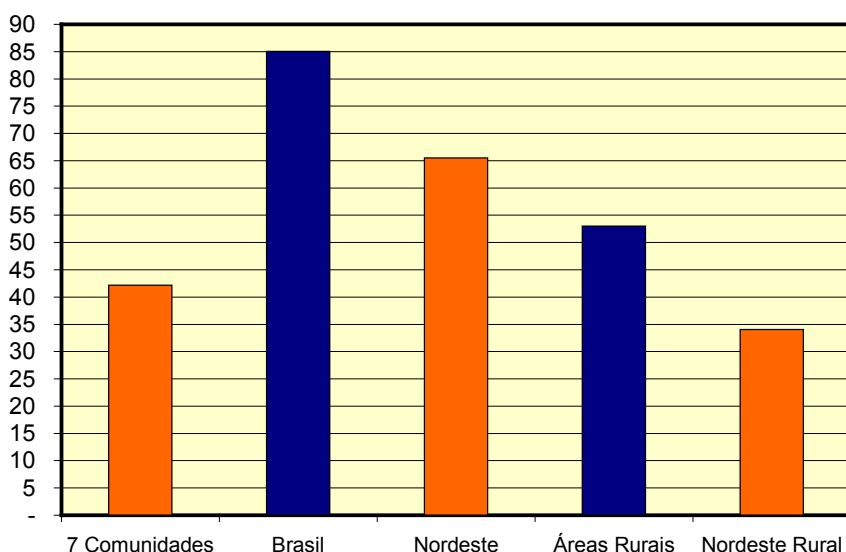
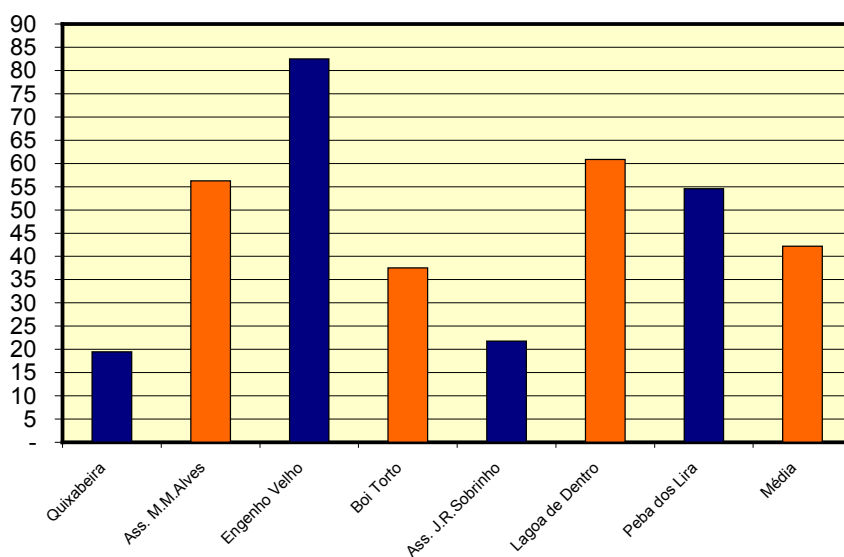
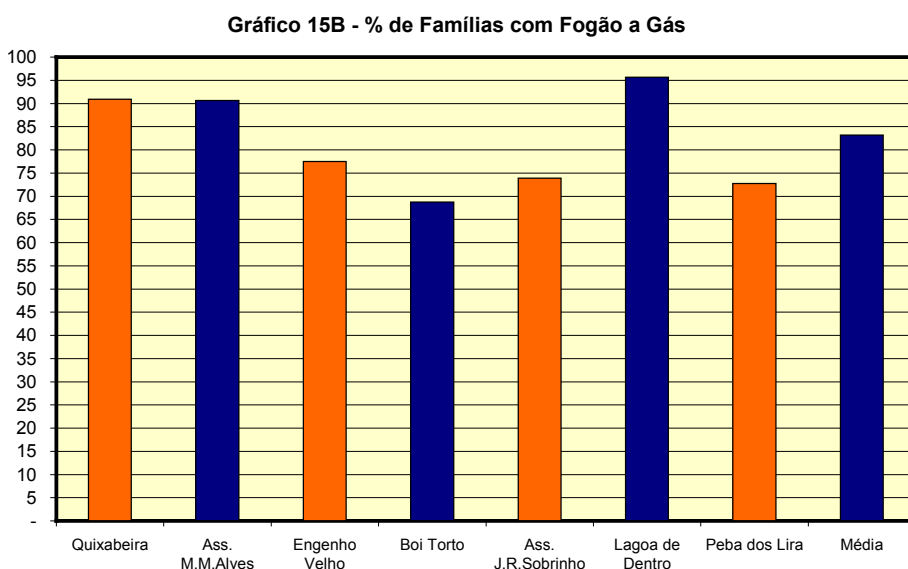
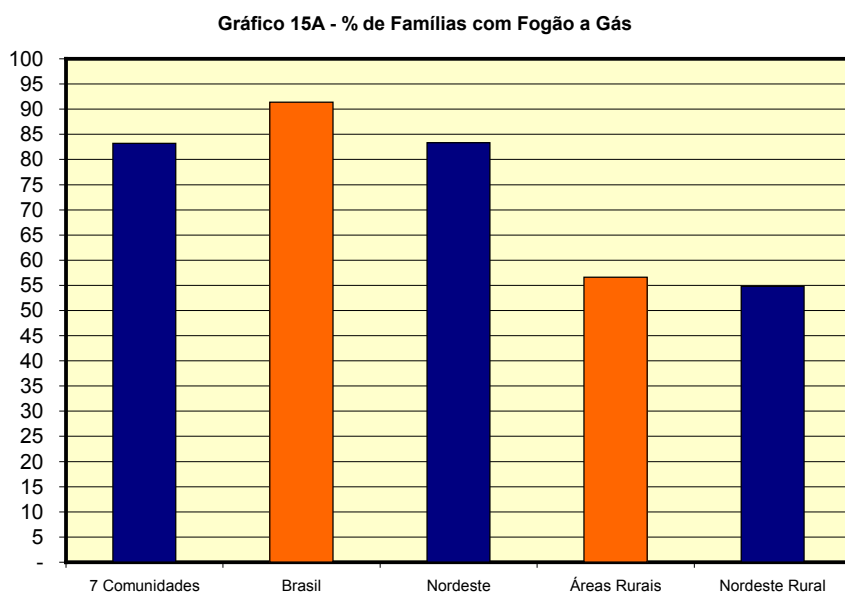


Gráfico 14B - % de Famílias com Geladeira



2.4.3 Fogão a Gás

Trata-se do bem de consumo mais difundido entre as comunidades pesquisadas, envolvendo a 83,20% das famílias. Essa elevada proporção, embora menor que a vigente no país (91,38%) foi praticamente igual a apresentada pelo contexto Nordeste (83,32%), conforme pode ser verificado no Gráfico 15A. Mesmo neste caso, os resultados do Gráfico 15B demonstram que houve grandes divergências entre as comunidades, com percentagens que variaram entre um máximo de 95,65% em Lagoa de Dentro e um mínimo de 68,75 % em Boi Torto.



3. SÍNTESE DOS RESULTADOS

A comparação de resultados das Pesquisas do Algodão e a PNAD revela, primeiramente, enormes discrepâncias no que se refere aos indicadores demográficos. Por uma parte, os tamanhos médios das famílias das sete comunidades consultadas na Pesquisa do Algodão superaram de longe os correspondentes aos quatro contextos selecionados da PNAD-2001; por outra, contrariamente ao que poderia-se esperar, as proporções da população em idade de trabalhar (PIA) excederam de forma expressiva as reveladas pela PNAD, apresentando, em cinco das sete comunidades, valores superiores às médias nacionais e as correspondentes à região Nordeste.

Entretanto, a maior disponibilidade de pessoas em idade de trabalhar não significou que a geração de renda familiar nessas comunidades fosse mais favorecida. Muito pelo contrário. Segundo os dados da Pesquisa do Algodão as médias da renda familiar em 2002 variaram entre R\$ 174 e R\$ 261, perfazendo uma média aproximada de R\$ 224 para as sete comunidades. Ainda que esses valores estivessem sub-declarados, já que foram levantados de forma global e não detalhada como na PNAD, eles situaram-se muito aquém dos valores registrados nesta última para o ano 2001, inclusive do menor deles, relativo ao contexto Nordeste rural, que alcançou a R\$ 306. Dessa forma, com rendas familiares significativamente inferiorizadas e tamanhos da família bem superiores, não pode surpreender que a renda média per capita das sete comunidades, estimada em R\$ 46, não tenha chegado sequer à metade da calculada pela PNAD (R\$ 102) para esse contexto rural nordestino. Nessas condições é claro que as percentagens médias de indigentes (menos de 0,25 S.M. per capita) e de pobres não indigentes (entre 0,25 e 0,49 S.M.s per capita), cujos valores médios para as sete comunidades alcançaram a 49% e 33% respectivamente, foram muito superiores aos calculados através da PNAD, onde os valores de indigência variaram entre 11% (Brasil) e 34% (Nordeste rural) e os correspondentes aos pobres não indigentes entre 13% e 25% para esse mesmos contextos.

Não menos importante é o fato de que essa severa insuficiência de renda observada em todas as comunidades integrantes da Pesquisa do Algodão refere-se principalmente aos rendimentos provenientes das atividades produtivas em que sua PIA encontra-se envolvida. Nesse sentido, cabe destacar que as percentagens de famílias que acederam a benefícios previdenciários (aposentadorias e pensões), programas sociais (bolsa escola ou bolsa renda) ou a doações de parentes no conjunto das sete comunidades excederam de longe os registrados pela PNAD para os quatro contextos destacados nesta Nota. Assim sendo, a contribuição dos rendimentos que não provem do trabalho, desempenharam um papel importante na formação da renda das famílias dependentes do algodão, em muitos casos representando a principal fonte de rendimentos dessas famílias.

A precariedade das rendas familiares, porém, não foram reproduzidas com a mesma severidade nos indicadores que medem à satisfação das necessidades básicas das famílias das sete comunidades. Em matéria de acesso a serviços de infra-estrutura básica, a rede educacional disponível nessas comunidades conseguiu segurar uma média de 92% de assistência à escola entre a população de 6 a 15 anos de idade, indicador que se situa apenas ligeiramente abaixo da média nacional (95%) e da própria região Nordeste (93%). Por sua vez, a disponibilidade de água encanada nas comunidades, que beneficiou em média a 56 de cada 100 famílias no conjunto das comunidades, embora menor que a média nacional (78%) e do Nordeste (63%), foi mais favorável que os registrados pelos dois contextos rurais. Finalmente, 70 de cada 100 famílias pesquisadas na Pesquisa do Algodão declararam dispunham de energia elétrica, resultado que supera a percentagem média estimada pela PNAD para as áreas rurais do Nordeste (66%).

Por último, em relação à disponibilidade de bens necessários para garantir às famílias um mínimo de conforto e de garantias sanitárias, a situação geral das comunidades pesquisadas não parece tão distante da observada nos quatro contextos da PNAD. Excetuando a disponibilidade de TV e rádio, cujas percentagens mostraram-se sempre inferiores aos estimados nesses quatro contextos, a propriedade de geladeira (42%) superou a média do Nordeste rural (34%) ao passo que o Fogão a Gás (83%) apenas foi inferior à média nacional (91%).

As observações acima apresentadas levam a crer que os rendimentos do trabalho capturados através da Pesquisa do Algodão nas sete comunidades, que aparecem sendo os grandes responsáveis pelas más condições de vida apontadas por esse levantamento, foram prejudicados em função da prolongada seca que assolou o Nordeste brasileiro em 2002, situação que afetou severamente aos plantadores de algodão.